

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Irracionalidade

Não se pode aceitar como sinal de grosseira inabilidade e escassa competência política a obstinação dos credores da dívida externa em receber, segundo cronograma próprio, o valor dos juros em atraso. Por mais que o Governo brasileiro tenha demonstrado aptidão para sanear as finanças internas e, assim, desobstruir os caminhos de um novo relacionamento internacional, financeiramente estável, as negociações esbarram sempre no comportamento radical dos banqueiros.

Com um débito pendente de 8,5 bilhões de dólares, relativos a juros vencidos a partir de julho de 1989, as contas do balanço apresentadas pelo Brasil sugeriam uma negociação desatrelada de questionamentos prévios. Em função da crise mundial e da situação singular dos países de economia emergente é certo que o Governo brasileiro não tem como sacar divisas sobre suas reservas cambiais na dimensão exigida, com tom impositivo, pelos titulares privados da dívida externa.

Destina-se aos países em desenvolvimento, à frente o Brasil, com compromissos em suspenso da ordem de 115 bilhões de dólares, tratamento bem mais rancoroso do que aquele dispensado às nações agressoras, vencidas na Segunda Guerra Mundial. Para estas, sancionaram-se as benesses do Plano Marshall, que as resgataram da destruição quase completa e as lançaram, novamente, entre as sociedades mais ricas do planeta.

Mas, agora, insinua-se contra o Ter-

ceiro Mundo — um contingente de países a braços com os desafios do desenvolvimento, ou seja, sociedades aptas a alcançar pacificamente as conquistas do progresso — uma política financeira por assim dizer feroz. Nem Plano Marshall, nem, sequer, o mínimo de compreensão, embora as nações endividadas desejem apenas conservar alguma possibilidade real de se desenvolverem, por meio de mecanismos menos drásticos no resgate de suas dívidas.

Com uma dívida a esta altura de 1,3 trilhão de dólares, obviamente o Terceiro Mundo jamais poderá pagá-la. Não há a mínima possibilidade de alguma reversão de expectativas, não só porque o montante ultrapassa de longe o potencial de liquidez, como também em razão do crescimento geométrico de seu valor absoluto, em decorrência das taxas de juros mensalmente agregadas. Por isso mesmo, configura-se exercício crítico tormentoso entender a insistência dos credores em prefigurar formas de resgate inteiramente incompatíveis com semelhante realidade. O natural seria que tratassem as nações endividadas com a mesma sensibilidade política demonstrada em relação aos países derrotados na última conflagração mundial, pelo menos. O contrário disso é gerar um impasse diante do qual nem a dívida será satisfeita, por dificuldade financeira intransponível, nem as sociedades em desenvolvimento poderão alcançar os seus objetivos. Uma irracionalidade indigna dos atuais estágios de civilização.